

Dr. Dr. h. c. mult. Claus Roxin

Professor Catedrático emérito da Universidade de Munique

Dr. Luís Greco, LL.M.

Professor Catedrático da Universidade Humboldt de Berlim

Direito Penal

Parte Geral

Tomo I

Fundamentos

– A Estrutura da Teoria do Crime

5ª edição, totalmente revisada

2024

 **Marcial
Pons**

MADRI | BARCELONA | BUENOS AIRES | SÃO PAULO

Sumário

Introdução à tradução de língua portuguesa	7
Prefácio à 5ª edição	21
Prefácio à 1ª edição	25
Abreviaturas	45
1ª Seção	
Fundamentos	61
§ 1. O Direito Penal em sentido formal. Definição e delimitação	61
A. A sanção (pena e medida de segurança) como critério formal de definição do Direito Penal e o caráter binário do sistema de sanções	61
B. O Direito Penal como Direito público. Medidas disciplinares, multas e sanção sanção processual como sanções de natureza não-penal	63
C. Direito penal secundário	64
D. O Direito Penal material como parte da ciência conjunta do Direito Penal; suas distintas disciplinas	64
E. A Parte Geral do Direito Penal material	69
§ 2. O conceito material de crime. O Direito Penal como proteção subsidiária de bens jurídicos e a delimitação dos conteúdos da pena e de sanções similares .	71
A. O conceito material de crime	84
B. O conceito material de pena	84
C. A controvérsia em torno do conceito de bem jurídico	88
D. A derivação do conceito de bem jurídico a partir das tarefas do Direito Penal	90
1. Leis penais arbitrárias, puramente ideológicas ou violadoras de direitos fundamentais não protegem bens jurídicos	94

II. A repetição das finalidades do legislador ainda não serve de base a um bem jurídico capaz de legitimar um tipo penal	94
III. A imoralidade, a desconformidade em relação aos costumes ou outra forma de reprovabilidade da conduta não bastam, em si mesmas, para fundamentar um bem jurídico	95
IV. A violação da própria dignidade ou da “dignidade da humanidade” ainda não é razão suficiente para uma punição	99
V. Sentimentos não podem ser reconhecidos como bens jurídicos	102
VI. Nem a autolesão autorresponsável, nem sua facilitação ou auxílio legitimam ameaças penais	105
VII. Normas penais predominantemente simbólicas devem ser rejeitadas.....	112
VIII. Tabus não são bens jurídicos	116
IX. Objetos de proteção de abstração intangível não são bens jurídicos.....	119
X. Fairness não é um bem jurídico; princípio da exploração?	121
XI. A facilitação da persecução penal não é razão para postular um bem jurídico	123
XII. A existência de “mandamentos de proteção” supranacionais não fundamenta bens jurídicos.....	125
XIII. Resumo	130
E. A ampliação do âmbito de regulação penal para além da proteção de bens jurídicos.....	130
F. Proteção de bens jurídicos e Direito das Contraordenações	133
G. A mutabilidade do conceito de bem jurídico	134
H. Bem jurídico e objeto da ação.....	135
I. Bem jurídico, delitos de perigo abstrato e bens jurídicos coletivos.....	136
J. Proteção de bens jurídicos e constituição.....	145
K. Proteção de bens jurídicos e democracia	151
L. Pode o legislador ser obrigado a punir violações a bens jurídicos?.....	154
M. Combate à impunidade como tarefa do Direito Penal?.....	155
N. A subsidiariedade da proteção de bens jurídicos	157
O. Concepções divergentes na literatura.....	163
I. Jescheck/Weigend, Zipf	163
II. Welzel.....	163
III. Lenckner e Eisele	164
IV. Jakobs, Pawlik e Kubiciel.....	164
V. Amelung.....	167

VI. Stratenwerth.....	168
VII. Robles	169
VIII. Naucke.....	170
IX. Resumo	171
P. O harm e o offense principle.....	173
Q. As teorias da violação de direitos; a teoria da relação de reconhecimento; princípio da dignidade e da soberania.....	176
R. Direito Penal e diversidade cultural; tolerância?	180
S. Direito Penal do inimigo?.....	183
T. A delimitação dos conteúdos da pena e das sanções similares à pena.....	186
I. Delimitação em relação à sanção de multa (Geldbuße) do Direito das Contraordenações	186
II. Delimitação em relação a medidas disciplinares	189
III. Delimitação em relação a medidas de ordenação e coerção (Ordnungs- und Zwangsmittel) das leis processuais e afins	191
IV. Delimitação em relação a penas privadas	192
§ 3. Finalidade e justificação da pena e das medidas de segurança	195
A. A finalidade da pena; as teorias da pena	206
I. A teoria da retribuição (teoria da justiça, da expiação)	207
II. A teoria da prevenção especial	213
III. A teoria da prevenção geral.....	217
IV. As teorias unificadoras retributivas.....	224
V. Novas abordagens: teorias expressivas da pena; direito da vítima à punição ..	225
VI. A teoria unificadora preventiva	231
B. Finalidade e limitação das medidas de segurança; a relação entre pena e medidas de segurança	241
I. Sobre a discussão geral	241
II. Sobre a legitimação da custódia de segurança (Sicherungsverwahrung)	247
C. A reparação como terceira via do Direito Penal?	249
D. Jus puniendi de organizações supranacionais?	254
§ 4. A reforma penal alemã desde 1871	261
A. O Código Penal do Império (RStGB) de 1871	265
B. O desenvolvimento até a Primeira Guerra	265

C. Os trabalhos de reforma na República de Weimar.....	267
D. O período nacional-socialista	269
E. A retomada dos trabalhos de reforma	270
F. O E 1962 e a AE.....	271
G. Sobre a nova Parte Geral de 1975	274
I. A abolição da pena de reclusão (Zuchthausstrafe)	274
II. O recuo da pena privativa de liberdade inferior a seis meses	275
III. O perdão judicial (Absehen von Strafe).....	276
IV. A ampliação da suspensão condicional da pena (Strafaussetzung zur Bewährung)	276
V. O novo sistema de penas de multa.....	277
VI. A supervisão de condução de vida (Führungsaufsicht).....	278
VII. A instituição social-terapêutica (sozialtherapeutische Anstalt).....	278
H. A legislação de reforma, de 1969 até os dias atuais.....	279
I. A europeização do Direito Penal	283
J. Direito Penal intercultural	290
K. Direito Penal Internacional.....	291
§ 5. O princípio da legalidade e sua relação com a interpretação e a validade temporal das leis penais	295
A. Nullum crimen, nulla poena sine lege	302
I. Não há crime sem lei	302
II. Não há pena sem lei.....	303
B. Os quatro efeitos do princípio da legalidade	304
I. A proibição de analogia (nullum crimen, nulla poena sine lege stricta)	304
II. A proibição de criação de crimes e penas por direito consuetudinário (nullum crimen, nulla poena sine lege scripta)	305
III. A proibição de retroatividade (nullum crimen, nulla poena sine lege praevia)	305
IV. A proibição de indeterminação das leis penais e das penas (nullum crimen, nulla poena sine lege certa).....	305
C. Sobre a história e a validade internacional do princípio da legalidade	305
D. As raízes ainda hoje vitais do princípio da legalidade na Teoria do Estado e no Direito Penal	308
I. O liberalismo político	308
II. Democracia e separação de poderes	308

III. Prevenção geral	309
IV. O princípio da culpabilidade	310
E. Interpretação e proibição de analogia.....	310
I. Os limites da interpretação no Direito Penal.....	310
II. O âmbito de aplicação da proibição de analogia	326
F. A proibição de fundamentação ou exacerbação da pena pelo Direito consuetudinário.....	331
G. A proibição de retroatividade e a vigência temporal da lei penal	333
I. A fundamentação da proibição de retroatividade	333
II. A lei vigente ao tempo do fato	333
III. A proibição de retroatividade nos requisitos de punibilidade e sua não aplicabilidade a medidas de segurança.....	337
IV. Proibição de retroatividade e Direito Processual.....	339
V. Proibição de retroatividade e jurisprudência	342
VI. A retroatividade em favor do autor.....	344
VII. Leis temporárias	345
H. A proibição de indeterminação de leis penais e penas	346
I. A determinação dos pressupostos de punibilidade	346
II. O princípio da determinação no âmbito das consequências da infração penal	357
I. Os novos desafios	358
I. Os desafios internacionais	358
II. Os desafios processuais	363
§ 6. Direito Penal do Fato e do Autor	367
A. Esclarecimento terminológico. O Direito Penal do Fato enquanto tendência dominante no Direito vigente	368
B. Direito Penal do Fato e Direito Penal do Autor para Franz v. Liszt e seus sucessores.....	368
C. Das tendências ao Direito Penal do Autor na década de 1930. Culpabilidade pela condução da vida. Tipo criminológico e normativo de autor	370
I. Erik Wolf.....	370
II. A Lei de Criminosos Habituais de 1933	370
III. Legislação da guerra e tipo normativo de autor	371
D. Direito Penal do Autor e do Fato no Direito vigente	373
I. Influências do Direito Penal do Autor no aumento da pena.....	373
II. Influências do Direito Penal do Autor na atenuação da pena.....	377

III. Medidas de segurança como expressão de um Direito Penal do Autor ...	377
IV. O moderno Direito de Combate à Criminalidade enquanto Direito Penal do Autor	377
§ 7. Dogmática e sistema do Direito Penal. Problemas fundamentais da teoria geral do crime	379
A. A tarefa da dogmática e da sistemática do Direito Penal	387
B. Conceitos básicos do sistema do Direito Penal	388
I. Ação	388
II. Tipicidade	389
III. Antijuridicidade	389
IV. Culpabilidade	389
V. Outros pressupostos de punibilidade	390
VI. Sobre a sistematização da Ciência Conjunta do Direito Penal	390
C. Sobre a evolução histórica da nova teoria do crime	390
I. A descoberta dos conceitos fundamentais	390
II. A sua recepção pelo legislador	391
III. Etapas históricas da evolução da sistemática do crime	392
IV. Fundamentos histórico-filosóficos da evolução desde o sistema clássico até o finalista	394
V. A síntese neoclássica-finalista da teoria do crime hoje dominante	395
VI. O sistema teleológico-racional (funcional) do Direito Penal	396
VII. Novas concepções	400
D. Fecundidade e limites do sistema jurídico-penal tradicional; pensamento referido ao sistema e referido a problemas na dogmática do Direito Penal	406
I. Vantagens do pensamento referido ao sistema	407
II. Perigos do pensamento referido ao sistema	409
III. Pensamento referido ao problema	413
E. Fundamentos de um modelo teleológico/político-criminal de sistema	414
I. Sobre a concepção de um sistema orientado a valores	414
II. Dogmática jurídico-penal e política criminal	420
III. As categorias do delito enquanto perspectivas de valoração	423
IV. O futuro da dogmática penal	424
V. A teoria do crime teleológica/político-criminal e o método de construção do sistema e de conceitos	434

2. Seção	
Ação, delito em sentido técnico, crime em sentido técnico	437
§ 8. Ação	437
A. As tarefas do conceito de ação	440
B. O conceito de ação na evolução da dogmática jurídico-penal. Exposição e crítica	441
I. O conceito pré-clássico de ação	441
II. O conceito natural (naturalístico, causal) de ação do sistema clássico	442
III. O conceito final de ação	445
IV. O conceito social de ação	449
V. O conceito negativo de ação	451
VI. A absorção da ação pelo tipo	455
C. O conceito pessoal de ação	456
I. A questão preliminar: por que ações?	456
II. A ação como manifestação da personalidade	458
III. Concepções próximas	459
IV. O conceito pessoal de ação como elemento de base	462
V. O conceito pessoal de ação como elemento de conexão	463
VI. O conceito pessoal de ação como elemento de delimitação	465
VII. A natureza do conceito pessoal de ação	480
§ 9. Delito em sentido técnico e crime em sentido técnico	483
A. Sobre a história da distinção	483
B. Regulação e significado prático no Direito vigente	484
C. A realização da teoria “abstrata” no direito vigente e sua fundamentação no princípio nullum-crimen	485
D. Questões de delimitação	487
3ª Seção	
Tipo	489
§ 10. A teoria do tipo	489
A. Tipo de sistema, tipo de garantia e tipo de erro	491
B. O desenvolvimento do tipo como categoria sistemática	493
I. O tipo objetivo e valorativamente neutro de Beling	493

II. O descobrimento do tipo subjetivo	493
III. A compreensão do tipo de sistema como um tipo de injusto	494
C. A relação entre tipo e antijuridicidade	496
I. A teoria dos elementos negativos do tipo.....	496
II. Estrutura do delito em dois ou três níveis?	497
III. Concepções singulares	501
IV. Indicações de antijuridicidade em normas penais; elementos do tipo formulados negativamente	502
D. Adequação social e exclusão do tipo	504
E. Tipos abertos e elementos de valoração global do fato	509
I. Tipos abertos.....	509
II. Elementos de valoração global do fato.....	510
F. Tipo objetivo e tipo subjetivo	513
I. O tipo objetivo.....	514
II. O tipo subjetivo	517
G. Desvalor da ação e desvalor do resultado no tipo. Também: realização do tipo e do injusto sem culpabilidade	529
H. Espécies de tipos	540
I. Delitos de resultado e delitos de atividade	542
II. Delitos permanentes e delitos de estado	543
III. Delitos qualificados pelo resultado.....	543
IV. Delitos de lesão e delitos de perigo	552
V. Delitos de empreendimento (Unternehmensdelikte)	552
VI. Delitos simples e delitos compostos	553
VII. Delitos de ato único e delitos com pluralidade de atos	553
VIII. Delitos comuns e delitos especiais.....	553
IX. Delito-base, modificações típicas, delitos autônomos	554
§ 11. A imputação ao tipo objetivo	557
A. A teoria do nexa causal.....	568
I. Sobre a problemática do conceito de causa nas ciências da natureza e na filosofia	568
II. A teoria da equivalência (teoria da condição)	569
III. Problemas específicos da teoria da equivalência	581
IV. Modelos de causalidade estatística e probabilística	591
V. Teorias da adequação e da relevância.....	592

B. A ulterior imputação ao tipo objetivo	594
I. Crimes de lesão	594
II. Delitos de perigo	650
§ 12. Dolo e erro de tipo. A imputação ao dolo nos desvios causais	661
A. Fundamentos e manifestações do dolo	666
I. O propósito.....	668
II. O dolo direto de segundo grau (dolus directus)	673
III. O dolo eventual (dolus eventualis).....	674
IV. A dimensão temporal do dolo (dolus antecedens e dolus subsequens).....	719
V. A referência do dolo ao tipo e o dolus alternativus	720
B. O erro de tipo	722
I. Conhecimento e desconhecimento dos elementos do tipo	725
II. O objeto do dolo de tipo. Aplicação imediata e analógica do § 16 StGB ..	749
C. A imputação ao dolo nos desvios causais.....	756
I. Desvios regulares do curso causal	758
II. A aberratio ictus	763
III. A “troca do dolo” (troca do objeto do fato)	768
IV. O “dolus generalis” e casos similares.....	770
V. O error in obiecto (ou error in persona).....	777
§ 13. O consentimento	783
A. Sobre o estado da teoria do consentimento.....	788
I. Sobre a história.....	788
II. Acordo e consentimento	788
III. As diferenças derivadas da distinção	789
IV. A rejeição da distinção e suas consequências.....	791
B. O consentimento como causa de exclusão do tipo	793
I. A liberdade de ação do consenciente como fundamento da exclusão do tipo	793
II. A falta de realização do tipo em caso de consentimento válido	796
III. A falta de ponderação de interesses como argumento contrário a uma mera justificação	797
IV. A falta de exequibilidade da teoria dualista	798
V. A cláusula dos bons costumes (§ 228 StGB) não é um contra-argumento .	800
VI. A força justificante do “consentimento que atenua a intervenção” não é um contra-argumento.....	800
VII. Os diferentes pressupostos de validade da autorização como consequên- cias da respectiva estrutura dos tipos.....	801

C. Tipos com possibilidade inexistente ou limitada de consentimento	802
I. Em bens jurídicos da coletividade	802
II. Em tipos destinados a proteger o titular do bem jurídico	804
III. Na lesão corporal	804
D. Manifestação, objeto, momento e revogação do consentimento	821
I. A manifestação como pressuposto do consentimento válido	821
II. Conduta e resultado como objeto do consentimento	823
III. Momento e revogação do consentimento	824
E. A capacidade de compreensão	824
F. A representação no consentimento	830
I. Considerações gerais	830
II. Sobre a controvérsia a respeito da circuncisão de meninos	832
G. Vícios de vontade no consentimento	838
I. Fraude.....	838
II. Erro.....	845
III. Ameaça e coação.....	846
H. O erro sobre a existência ou a inexistência de um consentimento	848
I. O consentimento hipotético.....	848

4ª Seção

Antijuridicidade.....	857
§ 14. Questões fundamentais da teoria do injusto.....	857
A. Antijuridicidade e injusto.....	862
B. Antijuridicidade formal e material	864
C. Vitimodogmática e injusto material.....	867
D. Injusto e espaço livre de Direito	871
E. Antijuridicidade e unidade do ordenamento jurídico.....	873
F. Sobre a sistematização das causas de justificação	876
G. O concurso de causas de justificação.....	880
H. Questões de erro na justificação.....	882
I. O dolo de injusto.....	882
II. Dever de certificar-se nas causas de justificação?	895
III. Elementos de justificação que se apoiam em circunstâncias incertas ou futuras	897

IV. A incerteza sobre a existência de uma causa de justificação.....	898
V. Os elementos subjetivos de justificação	900
I. O efeito das causas de justificação	906
J. Imputação objetiva nas causas de justificação?.....	908
K. Exposição e ordenação das causas de justificação em específico.....	909
§ 15. A legítima defesa.....	911
A. Os princípios fundamentais do direito de legítima defesa	917
B. Sobre o desenvolvimento histórico do direito de legítima defesa	923
C. A agressão na legítima defesa	924
D. A antijuridicidade ou injustiça da agressão.....	928
E. A atualidade da agressão	933
F. Os bens passíveis de legítima defesa.....	937
G. A necessidade da defesa	943
H. A requeribilidade (Gebotenheit) da legítima defesa.....	953
I. A agressão não culpável ou com culpabilidade substancialmente diminuída	956
II. A agressão provocada antijuridicamente pelo agredido	958
III. A agressão irrelevante.....	968
IV. Agressões no âmbito de relações de garantia	974
V. A agressão extorsiva ou chantagista por meio de ameaças	977
VI. Pode a tortura ou a sua ameaça ser justificada pela via da legítima de- fesa de terceiros?	979
I. Ação da autoridade pública e direito de legítima defesa	984
J. A legítima defesa de terceiros	989
K. A limitação da legítima defesa ao agressor e seus bens jurídicos.....	993
L. A vontade de defesa como elemento subjetivo de justificação?	996
§ 16. ● estado de necessidade justificante e casos afins	997
A. O dispositivo fundamental do § 34 StGB.....	1002
I. O desenvolvimento do direito de estado de necessidade vigente	1002
II. O perigo do estado de necessidade	1008
III. A ponderação dos interesses conflitantes	1014
IV. A cláusula de adequação.....	1044
V. Outros problemas do estado de necessidade justificante	1049

B. O estado de necessidade agressivo de natureza civil, § 904 BGB.....	1052
C. O estado de necessidade defensivo de natureza civil, § 228 BGB	1054
D. A colisão de deveres justificante	1055
I. A colisão de deveres como causa de justificação	1055
II. Problemas de colisão na programação dos denominados veículos autônomos	1061
E. Situação próxima ao estado de necessidade	1067
F. O direito de resistência segundo o art. 20 IV GG.....	1069
§ 17. Direitos oficiais e de coerção; autorização pelo Poder Público	1071
A. Direito de intervenção de funcionários públicos	1071
B. A ordem ilegal vinculante	1078
C. A atuação pro magistratu	1082
I. A detenção em flagrante	1083
II. A autotutela do Direito Civil	1086
D. O direito de correção por meio de castigos corporais não existe mais enquanto causa de justificação.....	1087
I. O direito de castigar corporalmente	1088
II. O direito dos professores de colégio de impor castigos corporais	1095
III. O castigo corporal imposto por terceiros	1096
E. A autorização pelo órgão competente	1096
§ 18. Causas de justificação fundadas no risco permitido.....	1105
A. O consentimento presumido.....	1106
I. A estrutura da causa de justificação	1108
II. A subsidiariedade do consentimento presumido	1111
III. Consentimento presumido em caso de atuação em interesse próprio?.....	1113
IV. Os critérios para a determinação da vontade presumida.....	1114
V. Erro e dever de certificação	1121
B. O exercício de interesses legítimos	1121
I. Sobre a estrutura do § 193 StGB.....	1122
II. O exercício de interesses legítimos como causa de justificação	1124
III. O § 193 StGB não se estende para além dos tipos penais de ofensa à honra	1125
IV. Os requisitos específicos do exercício de interesses legítimos	1126

C. A liberdade artística	1129
I. A liberdade artística como causa de justificação autônoma	1129
II. Os requisitos da causa de justificação fundada no art. 5 III GG	1130
5ª Seção	
Culpabilidade e responsabilidade.....	1133
§ 19. Questões fundamentais da teoria da responsabilidade.....	1133
A. Culpabilidade e necessidade preventiva como pressupostos da responsabilidade jurídico-penal	1141
B. Do conceito psicológico ao conceito normativo de culpabilidade	1144
C. Sobre a crítica ao conceito normativo de culpabilidade.....	1147
D. A determinação do conteúdo da culpabilidade no Direito Penal (o conceito material de culpabilidade).....	1148
I. Culpabilidade como “poder-agir-diversamente”	1148
II. Culpabilidade como atitude interna juridicamente reprovada	1150
III. Culpabilidade como dever ser responsável pelo próprio caráter	1151
IV. Culpabilidade como atribuição segundo necessidades preventivo-gerais ..	1154
V. Fundamentações da culpabilidade oriundas da teoria do discurso	1157
VI. Culpabilidade como comportamento violador da fairness ou da equidade ..	1158
VII. Culpabilidade como falta de prudência ou como evitabilidade planejável da própria punição	1159
VIII. Culpabilidade como agir ilícito apesar da capacidade de ser destinatário de normas	1160
IX. Os opositores do princípio da culpabilidade	1168
E. Culpabilidade e Constituição.....	1179
F. Culpabilidade fundamentadora da pena e culpabilidade da determinação da pena.	1183
G. Causas de exclusão da culpabilidade e causas de exculpação?	1185
H. A teoria da responsabilidade pelo fato (Maurach).....	1185
I. Culpabilidade pelo fato e culpabilidade pela condução da vida.....	1186
J. Culpabilidade em um mundo injusto?.....	1187
§ 20. A imputabilidade.....	1193
A. A imputabilidade de adultos	1199
I. Os fundamentos da regra legal	1199
II. Os estados biopsicológicos de referência	1202

III. A capacidade de entendimento e inibição.....	1214
IV. A imputabilidade relevantemente diminuída	1217
B. A imputabilidade em crianças e jovens	1228
C. A actio libera in causa	1230
§ 21. O erro de proibição	1243
A. O regramento do erro de proibição. Desenvolvimento histórico-dogmático e problemática jurídico-política.	1246
B. O objeto da consciência do injusto	1251
C. As formas de manifestação da consciência do injusto	1256
I. O erro sobre a existência de uma proibição	1256
II. O erro sobre a existência ou sobre os limites de uma causa de justificação	1257
III. O erro de subsunção.....	1257
IV. O erro sobre a validade.....	1258
D. As formas de consciência do erro de proibição	1259
E. A dúvida sobre a proibição.....	1260
F. A evitabilidade do erro de proibição.....	1264
I. A evitabilidade do erro de proibição como pressuposto da ação culpável... ..	1264
II. A possibilidade de exculpação do erro como caso de exclusão da responsabilidade penal	1266
III. Os meios de obtenção do conhecimento do injusto	1269
IV. A evitabilidade do erro de proibição como culpabilidade pelo fato ou de autor?.....	1269
V. Os pressupostos da evitabilidade, em detalhe.....	1271
G. As consequências jurídicas do erro de proibição	1285
H. Regramentos específicos do erro de proibição	1286
§ 22. O estado de necessidade excludente da responsabilidade e casos similares.	1289
A. O estado de necessidade segundo o § 35 StGB.....	1289
I. Posição sistemática e conteúdo teleológico do dispositivo legal	1291
II. O perigo atual, não afastável de outra maneira.....	1298
III. Os bens jurídicos passíveis de estado de necessidade	1301
IV. O círculo de pessoas abrangidas	1304
V. A atuação para afastar o perigo	1305
VI. A negação da exclusão de responsabilidade nos termos do § 35 I 2 StGB	1306

VII A suposição errônea de uma situação de necessidade.....	1315
VIII. Participação no fato praticado em estado de necessidade.....	1317
B. O excesso na legítima defesa segundo o § 33 StGB	1318
I. Posição sistemática e conteúdo teleológico do dispositivo legal.....	1319
II. As emoções que excluem a responsabilidade	1322
III. Excesso consciente e inconsciente da legítima defesa	1324
IV. Excesso na legítima defesa intensivo e extensivo	1324
V. A lesão a terceiros não envolvidos	1327
VI. O excesso na legítima defesa após uma provocação de situação de legítima defesa.....	1328
VII. O excesso na legítima defesa putativa.....	1329
VIII. Aplicabilidade analógica do § 33 StGB ao excesso referido a outras causas de justificação?	1330
C. O fato de consciência.....	1331
I. Art. 4 GG como base para a avaliação jurídico-penal	1332
II. As consequências para a punibilidade do fato de consciência	1335
III. A classificação sistemática do fato de consciência que isenta de pena	1339
D. A desobediência civil.....	1343
E. Razões para a exclusão de responsabilidade na Parte Especial	1345
I. As hipóteses individuais	1345
II. O tratamento dogmático desses casos	1347
F. Exclusão supralegal de responsabilidade	1348
I. A inexigibilidade como causa de exculpação supralegal?.....	1349
II. A comunidade de perigo como causa para a exclusão da responsabilidade	1351
III. A escolha do mal menor como causa de exclusão da responsabilidade em casos de homicídio?	1354
IV. Pode a tortura, se servir para salvar vidas humanas, ser isenta de punição com base em uma causa supralegal de exclusão de responsabilidade?	1356
V. Pode o abate de uma aeronave sequestrada por terroristas, com o objetivo de salvar vidas humanas, ser isento de punição por uma exclusão de responsabilidade supralegal?	1358

6ª Seção

Outros pressupostos de punibilidade	1365
§ 23. Condições objetivas de punibilidade e causas de exclusão da pena.....	1365
A. Pressupostos de punibilidade ulteriores à responsabilidade. Colocação do problema e exemplos	1366

B. O excessivo alargamento da quarta categoria do crime na doutrina dominante	1368
I. Aparentes condições de punibilidade como elementos do tipo.....	1368
II. Aparentes causas de exclusão da pena como causas de justificação	1371
III. Aparentes causas de exclusão da pena como causas de exclusão da responsabilidade.....	1372
C. Condições objetivas de punibilidade e causas de exclusão da pena como casos de prevalência de fins extrapenais	1373
I. O ponto de vista orientador	1373
II. Posicionamentos na literatura	1375
III. Consequências práticas.....	1376
D. Outras concepções	1376
I. A rejeição da existência de uma quarta categoria do delito	1376
II. O merecimento de pena como critério da quarta categoria do delito	1377
III. A necessidade de pena como critério da quarta categoria do delito	1378
E. A delimitação das condições objetivas da punibilidade e das causas de exclusão da pena em relação aos pressupostos processuais	1379
I. A controvérsia e a dificuldade da delimitação	1379
II. A orientação do Direito material segundo o “merecimento do mal da pena”	1381
III. A eliminação mental do processo como critério para a delimitação entre Direito material e formal	1382
IV. A conexão direta com o fato como critério de pertencimento ao Direito material	1383
F. Panorama. Fins penais e extrapenais no Direito Processual.....	1384
7ª Seção	
Culpa	1387
§ 24. Culpa	1387
A. O tipo	1393
I. De forma de culpabilidade a tipo de delito típico	1393
II. Os critérios da conduta culposa	1394
III. Sobre a concretização da criação de um risco não permitido	1397
IV. Acerca da concretização do âmbito de proteção da norma.....	1408
V. “Ensejo contundente” para contar com uma lesão a bem jurídico em vez de criação de um risco juridicamente desaprovado?.....	1409
VI. Generalização ou individualização do critério de culpa?	1411
VII. Culpa consciente e inconsciente	1416

VIII. Tipo objetivo e subjetivo do delito culposo	1418
IX. Dolo, culpa grosseira ou leviandade, culpa simples e culpa diminuta como graduações de injusto e culpabilidade.....	1419
X. Delitos culposos e nullum crimen sine lege.....	1425
B. A antijuridicidade	1426
I. A problemática fundamental	1426
II. A legítima defesa.....	1427
III. O estado de necessidade	1428
IV. Consentimento presumido e consentimento	1429
C. Culpabilidade e responsabilização.....	1430
I. As razões gerais de exclusão da culpabilidade	1430
II. Razões adicionais de exclusão da culpabilidade	1431
Índice alfabético-remissivo	1437